

1 Ata da Reunião 1ª Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde no ano de 2023, realizada em 22 de março
2 de 2023, às 19h30 no Auditório do Paço Municipal, com a participação dos seguintes membros: no Segmento Gestores
3 Srs. (as) Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS e Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS; Segmento de
4 Prestadores, Sras. Márcia Cristina Krempel – Titular – HONPAR, Samanta Priscila Nagy – Suplente – HONPAR, Heloísa
5 Toledo Volpato – Titular – Irmandade Santa Casa de Arapongas e Tânia C. Miquelin Carniceli – Suplente – Irmandade
6 Santa Casa de Arapongas; Segmento de Trabalhadores, Srs. Eucir Antônio Zanatta – Titular - SindSaúde, Sérgio
7 Donizete Azevedo – Titular- SISPAMAS, Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SINDMED LONDRINA;
8 Segmento de Usuários, Srs (as) Salvador Carvalho dos Santos – Suplente – ONG Olho D' Água, Roseli Martauro
9 Marinho – Titular – APDA, Gerson Pizzo – Suplente – APDA, Alzira Maria da Silva Rocha – Titular – Pastoral da Saúde,
10 Antonio Jorge Magro – Titular – Associação de Moradores Ulisses Guimarães, Durvalino de Almeida Filho – Titular –
11 Pastoral da Criança, Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Entidade Religiosa Ilé Àse Ti Tòbi Ìyá Àfin Òsùn
12 Alákétú, Sérgio Aparecido Ribeiro da Silva – Suplente – AIABA e Maria Lúcia de Abreu Ferreira – Suplente – Associação
13 de Moradores do Padre Chico, com a justificativa de ausência dos Conselheiros (as) Marcos Antonio de Oliveira do
14 Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Renata Aparecida Candido da Silva do COREN, por motivos de trabalho.
15 Contando com a presença da Sra. Crislaine M. Rocha – Estagiária de Psicologia e Sr. Henrique Garcia Filletti -
16 Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência Pública - SEMCIT. Dado a obtenção quórum, foi iniciada
17 a 1ª Plenária Extraordinária pelo Presidente Zanatta, o qual informou que estão a frente da Mesa por força Regimental,
18 tendo 60 dias para dar posse a nova Mesa, citando o **1º Ponto de Pauta** _ Ato de posse dos Conselheiros eleitos na
19 XIII Conferência Municipal de Saúde, faz referência também a Abertura do Processo Eleitoral – Mesa Diretiva,
20 ressaltando que apenas quer orientar o motivo de estar na condução desta Plenária Extraordinária, que possivelmente
21 estará a frente da Presidência por condução na próxima Plenária Ordinária do mês de abril, e novamente haverá uma
22 Extraordinária para a concepção do Processo Eleitoral e das chapas que vierem. O Presidente Zanatta coloca ainda
23 que será feito a inclusão do **5º Ponto de Pauta** __ **Aprovação dos seguintes Incentivos Financeiros**; sendo este por
24 força de apresentação da Secretaria Municipal de Saúde, para ciência e aprovação do Conselho, frisando que é um ato
25 simples, sendo informações sobre o ato de aquisição de alguns bens para o Município, sendo a grande maioria na área
26 de transporte sanitário e da construção de UBS. Ato contínuo, informa o **1º Ponto de Pauta** _ Ato de posse dos
27 Conselheiros eleitos na XIII Conferência Municipal de Saúde, que aconteceu nos dias 10 e 11 de março; esclarecendo
28 também que deixará observado que não tiveram grande alteração do volume qualitativo das representações, que
29 praticamente o Conselho continuou constituído pelas mesmas Entidades, ingressando novamente a Associação de
30 Moradores do Padre Chico e algumas representações como da Santa Casa e HONPAR, fazendo portanto a leitura de
31 todos os membros da nova composição do Conselho, Segmento Gestores, Moacir Paludetto Junior e Sandra Onofre da
32 Silva, Elizabeth Fernandes Penha e Geisiane Karine Sorce; Segmento de Prestadores, Márcia Cristina Krempel e
33 Samanta Priscila Nagy – HONPAR, Heloísa Toledo Volpato e Tânia C. Miquelin Carniceli – Irmandade Santa Casa de
34 Arapongas; Segmento de Trabalhadores, Eucir Antônio Zanatta – SindSaúde, Renata Aparecida Candido da Silva e
35 Fernanda Tatieli Valenci – COREN, Sérgio Donizete Azevedo e Rosana Cristina Molinari Galuch – SISPAMAS,
36 Alecsandro de Andrade Cavalcante – SINDMED LONDRINA; Segmento de Usuários, Antonio Martins dos Santos e
37 Salvador Carvalho dos Santos – ONG Olho D' Água, Roseli Martauro Marinho e Gerson Pizzo – APDA, Alzira Maria da
38 Silva Rocha e Vera Lúcia Negri – Pastoral da Saúde, Marcos Antonio de Oliveira – Sindicato dos Trabalhadores Rurais,
39 Antonio Jorge Magro e Nilson Barros – Associação de Moradores Ulisses Guimarães, Durvalino de Almeida Filho e
40 Francisco Robério Peres da Cunha – Pastoral da Criança, Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Entidade Religiosa Ilé Àse
41 Ti Tòbi Ìyá Àfin Òsùn Alákétú e Sérgio Aparecido Ribeiro da Silva – AIABA, Maria Lúcia de Abreu Ferreira - Associação
42 de Moradores do Padre Chico, fazendo lembrança que se não tem a suplência do SINDSAÚDE, SINDMED LONDRINA
43 e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, solicita a aprovação para indicação por parte deste através do Pleno de que a
44 própria Entidade, como feito anteriormente indique o seu suplente, ao que o Secretário Moacir questiona se também
45 não podemos convidar outras Entidades, refletindo apesar de que os convites foram amplamente difundidos. O
46 Presidente Zanatta reportando-se para o Secretário Moacir diz que o Conselheiro Marcos do Sindicato de
47 Trabalhadores Rurais disse que a exemplo da Associação de Moradores Ulisses Guimarães, se este poderia indicar
48 outra pessoa se caso a vaga viesse para ele, que foi orientado que a liberdade de indicar era do Sindicato. Ressalta que
49 a Sra. Crislaine tem participado pessoal e espontaneamente, que trabalha vinculada ao SIMA - Sindicato de Indústria de
50 Móveis de Arapongas, que outra sugestão é de inserir a mesma na suplência do Sindicato de Trabalhadores Rurais ou
51 então pelo Sindicato desta, mencionando que será postulado pelo Conselheiro Marcos e realizado o convite, caso o
52 Conselho aprovasse o Suplente da própria Entidade como feito anteriormente e questiona se podem contar com essa
53 condição, não havendo posicionamento contrário e finaliza o ato de posse ensejando boas-vindas aos presentes. O
54 Secretário de Saúde Moacir registra a presença do Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência
55 Pública - SEMCIT, Sr. Henrique Garcia Filletti, solicitando para que seja realizado a referência do **3º Ponto de Pauta** _
56 **Apontamento Preliminar de Acompanhamento – Tribunal de Contas**; sobre esse assunto o Secretário Moacir
57 coloca que o próprio Tribunal de Contas do Estado, faz recomendações frequentes em relação aos credenciamentos
58 existentes no Município, informa que está havendo questionamento não apenas neste Município de como é feito o
59 processo de credenciamento, esclarecendo que estes sempre existiram, porque quando há concursos para médicos,
60 estes não assumem, tendo a necessidade de fazer o credenciamento médico por PJ – Pessoa Jurídica, contratando por
61 hora, que então tiveram alguns Apontamentos do Tribunal de Contas, sendo entre estes a Recomendação, ressaltando
62 não ser ato obrigatório, mas que por cautela suspenderam o credenciamento de plantão médico. O Secretário enfatiza
63 que o motivo é que entre os questionamentos é sobre a contratação dos convocados, frisando que já foram
64 respondidos, cita que outro ponto é que antes do credenciamento pudessem apresentar ao próprio Conselho de Saúde,
65 que a partir dessa Recomendação será dado ciência e anuência ao Conselho Municipal de Saúde antes de publicar,
66 informando que quem faz plantão na UPA, 18h, sendo credenciamento específico para plantões médicos, está
67 suspenso, enfatizando ainda que os médicos que estão, continuam fazendo plantões, mas que estão impossibilitados
68 de credenciar novos médicos, necessitando de republicar o edital, sem mudanças. O Secretário Moacir informa que
69 assim como esse, os outros credenciamentos não foram dada a ciência, por não ser uma prática, não apenas desse
70 Município, mas também em outros, salientando que qualquer pessoa pode acessar o Portal de Transparência do

71 Município e saber o recebimento e a carga horária que cada Pessoa Jurídica presta, que estão dando ciência não
72 apenas para esse credenciamento, mas de todos os editais, que então poderão encaminhar um documento de todos os
73 credenciamentos feitos. O Secretário Moacir frisa que hoje há o credenciamento na área de especialidades que são
74 mais difíceis de conseguir, citando como exemplo a neuropediatria, neurologia, reumatologia, hematologia, sendo que
75 estas recebem por consultas, destacando que também há o credenciamento por hora como a ginecologia e a
76 psiquiatria, assim como da Atenção Básica, que são os médicos que atuam nas Unidades Básicas de Saúde, que há
77 concurso para isso, ressaltando que os médicos não estão assumindo, que há o credenciamento na área de pediatria
78 para atuação no PAI – Pronto Atendimento Infantil. Comunica que a Dra. Ana Lígia, a 5ª convocada do Concurso
79 Público, assumiu e atuará durante 03 (três) dias na semana no Centro de Especialidades Jaime de Lima, 01 (um) dia no
80 Distrito de Aricanduva e 01(um) dia na UBS do Padre Chico, desafiando então uma demanda reprimida que a Dra.
81 Carolina estava tendo na região Zona Sul, dando maior celeridade na fila de espera, expondo que esses são os
82 credenciamentos atuais na área médica e que há na área de odontologia, justificando que o concurso terminou e que
83 precisavam credenciar PJ na Equipe de Saúde da Família, que diferentemente dos médicos, os dentistas estão
84 assumindo, possibilitando a substituição e descredenciamento, acreditando que em breve não precisarão e que se for
85 para ter o credenciamento será para outra finalidade, como está havendo os plantões médicos no fim de semana no
86 Centro de Especialidades Jaime de Lima. A Conselheira Iyalórisá Joilda questiona da possibilidade do encaminhamento
87 do referido documento para todos os Conselheiros através de seu e-mail's, para que possam fazer uma leitura melhor,
88 havendo concordância na Mesa Diretiva. Na oportunidade o Secretário do SEMCIT, Sr. Henrique informa que a
89 Secretaria é como um “braço” do Tribunal de Contas do Estado do Paraná dentro do Município, que a questão do
90 Apontamento Preliminar de Acompanhamento, houve a publicação de novo edital de credenciamento de médicos,
91 sendo Pessoas Jurídicas para suprir essa demanda na urgência e emergência, que um dos itens recomendados é de
92 ter a anuência do Conselho Municipal de Saúde, para essa modalidade de contratação, não sendo de concurso público,
93 frisando que hoje o concurso não está sendo muito atrativo para os profissionais médicos, que o Município tem há
94 alguns anos essa válvula de escape que é o credenciamento, sendo portanto o primeiro ano que o TCE realizou esse
95 questionamento, que então pediu para o Moacir a possibilidade de inclusão de Pauta, dando ciência ao Conselho,
96 sendo a forma de credenciamento por PJ – Pessoa Jurídica e PF – Pessoa Física. O Secretário de Saúde Moacir
97 informou que foi uma novidade e mesmo que fiquem receosos é a questão do próprio Tribunal de Contas recomendar
98 que não seja apenas de Pessoa Jurídica, mas que Pessoa física também possa realizar o mesmo tipo de
99 credenciamento, que o Conselheiro Alecsandro saberá explicar melhor do que este, do imposto que pagam sobre a
100 nota, que da Pessoa Física beira 30%, que caso não esteja enganado é 27,5%, que não sabe se seria atrativo para o
101 médico. O Conselheiro Alecsandro cita que na verdade emitem a nota PJ, mas para usar o recurso é a Pessoa Física,
102 que notas pagam os 15% mais os 27%. O Sr. Henrique menciona que na visão do Tribunal de Contas é para não
103 restringir a competitividade. O Conselheiro Alecsandro informa que o Sindicato embate com a Federação isso, que a
104 Federação também tem esse embate, que é bom que se saiba que a Justiça do Trabalho já é feito, que PJ individual
105 tem direito a todas as verbas trabalhistas nas rescisões, que PF isso vai ser mais escancarado ainda, que então é algo
106 a se estudar e verificar. O Secretário Moacir informa que é uma forte tendência o Município acatar uma Recomendação
107 do próprio Tribunal, que não sabe se teriam tempo hábil para questionar, de não ter PJ e colocar o físico, correndo o
108 risco de suspender o credenciamento. O Conselheiro Alecsandro diz que interessante seria saber em quais bases os
109 auditores do Tribunal de Contas estão usando para fazer essas recomendações, que a cada 06 (seis) meses eles vem
110 com uma totalmente diferente, com modificações das mais absurdas, que daqui a pouco eles vão criar “pelo em ovo” e
111 que vai desregular a Assistência, com credenciamento fechado, estando os médicos da UPA – Unidade de Pronto
112 Atendimento e do PAI – Pronto Atendimento Infantil, desesperados com a fase sazonal de doença respiratória, com 400
113 (quatrocentos) a 500 (quinhentos) pacientes por dia, frisando que já há alguns questionamentos destes, do próprio
114 Sindicato, que se é um Prestador de Serviços e vem como Prestador em PJ, que o cidadão que vem com PJ fazer o
115 assalto não é submetido a controle de ponto, nem a chefia da gerência do Setor de Obras, que o médico convencionou-
116 se que é subalterno do administrativo da Unidade, não sendo nem do diretor médico da Secretaria com registro de
117 ponto, que a Justiça do Trabalho já disse que se você é submetido a ponto e a regime disciplinar que então está
118 classificado, que o vínculo é trabalhista e não PJ. Frisa que é uma tendência daqui há alguns anos o Município
119 acumular uma síndrome trabalhista muito pior, ressaltando que o Estado já está acumulando, como as Universidades e
120 Fundações e afirma que realmente fazer concurso não é atrativo porque paga mal, que não reconhecem, não é feito
121 reposição salarial, que basta ver o que ganha uma enfermeira do Município, técnica de enfermagem, agente de saúde,
122 os profissionais da Vigilância Sanitária, os dentistas, que então acha que o Conselho não tem que apenas se apropriar
123 da Recomendação, mas acha que tem que recomendar que precisa haver concurso, mas com adequação de
124 equiparação salarial para condições de fixação do trabalhador médico e demais trabalhadores de saúde que estão
125 presentes. Salaria que até ano passado eram os heróis da Pandemia para esses, que hoje já estão sendo tratados
126 com descaso e desrespeito profissional. O Conselheiro Alecsandro segue relatando que é isso que está acontecendo,
127 que tanto na enfermagem quanto na medicina já diziam, que o CRM – Conselho Regional de Médicos, o COREN –
128 Conselho Regional de Enfermagem e as Associações Médicas dizem, que se acabou a Pandemia e baixou-se os casos
129 de COVID, começariam a “tomar porrada” novamente. O Sr. Henrique explica que precisam da deliberação do Conselho
130 para poderem soltar o novo edital de credenciamento médico, enfatizando que hoje muitos médicos saem para fazer
131 residência, não fazendo mais plantões, que consequentemente afetarão a população em geral, que precisam então fazer
132 o novo credenciamento com médicos para suprir essa defasagem. O Secretário Moacir expõe que precisam de uma
133 celeridade para poder publicar, citando que esse APA é referente a um edital, mas que a qualquer momento poderá
134 chegar a mesma coisa para todos os outros, que vão antecipar aqueles existentes, aproveitando que a Pauta é a
135 mesma, enfatizando que será encaminhado essa documentação ao Plenário. O Presidente Zanatta faz uma breve
136 leitura da conclusão do documento, frisando que no dia posterior será encaminhado para todos o documento, na íntegra
137 para que possam fazer uma avaliação, cita “*Dado o exposto, encaminham-se as seguintes Orientações Técnicas a fim*
138 *de que, com base no exercício de seu poder - dever de autotutela (Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal), o*
139 *Município: Priorize a contratação de médicos por meio de concurso público em detrimento do credenciamento”;*
140 pontuando que acha que a fixação do médico é importante, mas que sabem que os primeiros que querem e ficam

141 dentro da Rede Pública são os que estão com grande emprego imediato, que depois de um tempo de 06 (seis) meses a
142 1 (um) ano eles realmente passam dentro da área acadêmica para uma especialização e residência, criando uma área
143 muito volátil para estes da Atenção Básica, ao que o Secretário Moacir frisa que precisam considerar que o concurso
144 está indo para 05 (cinco) anos, que nesse período entre prestarem o concurso e assumir, a maior parte já assumiram
145 algumas funções em outros Municípios, ou passaram em outros concursos, que a tendência é que realmente esses
146 primeiros realmente não assumam. O Presidente Zanatta faz referência novamente ao documento do TCE, *“Apresente*
147 *a consulta ao respectivo Conselho Municipal de Saúde para avaliar a inserção da iniciativa privada, ou justifique a sua*
148 *ausência”*, sendo pontuado que será dado tempo mínimo, que vinculado ao interesse da Municipalidade, que haverá
149 reunião no mês de abril, para leitura e da possibilidade de dar um parecer. O Conselheiro Alecsandro sugere dizendo
150 que é uma prática comum do Conselho, em situações até que poderia passar em Pauta e esperar e que vai em Ad
151 Referendum, que o Secretário Moacir foi pontual e firme em sua fala, que Município nenhum vai se debater contra uma
152 recomendação do Ministério Público, ou Tribunal de Contas, que estes tem que se apropriar do documento e fazer a
153 leitura, mas frisa para o Presidente já aprovar, fazendo por Ad Referendum, para que o Secretário de Controladoria já
154 leve o documento, para que daqui há 15 (quinze) dias já tenha médico contratado para fazer plantão. O Presidente
155 Zanatta retoma a leitura *“Adéque o edital do credenciamento de forma que permita a participação de pessoas físicas ou,*
156 *se for de sua preferência restringir a participação apenas de pessoas jurídicas, apresente as justificativas econômicas*
157 *e/ou técnicas que levaram à adoção dessa medida”*; *Inclua no edital e na minuta do contrato mecanismos de*
158 *acompanhamento da frequência dos profissionais da saúde, como: (a) registros de controles, em relação a cada*
159 *unidade de saúde, dos atendimentos realizados, com a identificação de usuários/pacientes atendidos, data e horário de*
160 *atendimento, profissional/médico que realizou o atendimento, diagnóstico do paciente; (b) previsão de publicação em*
161 *portal da transparência de amplo acesso público e nas unidades de saúde de todas as informações relevantes relativas*
162 *a serviços médicos prestados pelos profissionais credenciados, notadamente sua lotação e escalas de horário”*; *“.*
163 *Inclua no edital e na minuta do contrato cláusulas que disponham quanto ao impedimento da contratação ilegal do*
164 *credenciado, como: o credenciado, e seus funcionários, não ser servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante*
165 *ou responsável pela licitação, impossibilidade de contratar empresas cujos sócios figurem como servidores públicos”*;
166 *“Adéque o elemento de despesa para o código “34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de*
167 *Terceirização”, para a prestação de serviços de saúde”*. O Conselheiro Alecsandro questiona se é apenas para
168 Arapongas ou para o todo o Estado, tendo como resposta pelo Presidente Zanatta, que há vários outros acordões de
169 outros Municípios, como de Apucarana, Araucária e outros, e faz a última leitura do documento, o qual pede indicação
170 se será promovido “a correção, com ou sem suspensão ou republicação do edital; a anulação ou revogação do certame
171 e se pretende republicar; se fará alguma contratação direta; ou se dará continuidade ao certame sem qualquer
172 alteração”, com esclarecimentos por parte do Secretário Moacir que optaram pela suspensão e que não continuarão
173 com o mesmo processo. Houveram falas inaudíveis entre a Conselheira Márcia e outros. O Secretário de Saúde Moacir
174 reafirma da necessidade intenção do Município neste processo de contratação. O Presidente Zanatta questiona
175 posteriormente se podem acatar a sugestão do Conselheiro Alecsandro em fazer uma aprovação Ad Referendum, haja
176 visto a anuência do Conselho na presente Plenária, até que tenham o documento na íntegra para avaliação e
177 eventualmente se polarize alguma outra questão, enfatizando que alguém poderá ter um critério diferente, para haver
178 aprovação após a ciência do documento. A Conselheira Iyalórisá Jolda afirma concordar com a sugestão do
179 Conselheiro Alecsandro, com um adendo, que seja estabelecido um prazo para que os Conselheiros se apropriem do
180 documento e deem suas deliberações na próxima Reunião Ordinária, ressaltando que se for o caso de realização de
181 uma Reunião Extraordinária antes do dia 12, mas que essa apropriação aconteça e que o Município não seja
182 prejudicado, se tome a questão do AD Referendum, sendo aprovado nesta Extraordinária. A Conselheira coloca que
183 essa é uma prática que os Conselheiros precisam exercer, que é de apropriarem do documento, citando que a
184 Secretária do Conselho envia os documentos e que precisam do parecer dos Conselheiros e a responsabilidade. O
185 Conselheiro Sérgio Azevedo menciona que vai além, dizendo que não basta se apropriar, que precisam entender, sentar
186 e discutir, ao que o Sr. Henrique se coloca a disposição para esclarecimento de dúvidas. A Conselheira Márcia
187 menciona que o documento é para estes tomarem ciência, ao que o Presidente Zanatta explica que é Recomendação
188 do TCE para a ciência do Conselho e que anteriormente coloca inclusive o papel fiscalizador do Conselho, que o
189 Conselho tem que acompanhar todos os relatórios de produção inclusive, havendo na ocasião posicionamentos das
190 Conselheiras Heloísa e Márcia que o referido documento não é para deliberação ou alteração do Conselho, mas sim
191 para ciência. O Secretário Moacir destaca que o objetivo principal do Tribunal além dessas recomendações é que o
192 Conselho tem essa anuência, ou pode dizer que não quer que o Município faça o credenciamento, apenas por contrato
193 através de concurso, ao que o Presidente complementa citando que quando é colocado *“apresente consulta ao*
194 *respectivo Conselho Municipal de Saúde para avaliar a inserção da iniciativa privada”*, afirmando que precisam coletar
195 as considerações do Município, verificando então das justificativas e correções atendidas, daquilo que a Gestão
196 municipal tem interesse, para que possa avaliar esse documento, colocando que o Conselho aprova e que sejam
197 remetidos a esse Instrumento então. O Conselheiro Alecsandro frisa que seria interessante que as duas Entidades
198 prestadoras, tanto a Santa Casa, quanto a HONPAR, levassem esse documento aos seus jurídicos, quanto a questão
199 do contrato de pessoas física, que a ideia é que as Entidades se antecipem, para quando chegar a estes, já tenham a
200 resposta, fazendo lembrança da série de documentações necessárias para a contratação nesse perfil. Ato contínuo, o
201 Secretário Moacir cita o **5º Ponto de Pauta – Aprovação dos seguintes Incentivos Financeiros:** Protocolo
202 19.926.811-2 - Transporte Sanitário Resolução 769/19 - Resolução Habilitação 858/22 - Veículo Comum R\$ 325.000,00;
203 Protocolo 19.926.803-1 - Transporte Sanitário Resolução 769/19 - Resolução Habilitação 858/22 - Veículo Comum R\$
204 325.000,00; Protocolo 19.926.797-3 - Transporte Sanitário Resolução 769/19 - Resolução Habilitação 858/22 - Veículo
205 Comum R\$ 325.000,00; Protocolo 19.996.244-2 - Transporte Sanitário Resolução 769/19 - Resolução Habilitação 91/23
206 - Veículo Comum R\$ 65.000,00; Protocolo 19.996.288-4 - Transporte Sanitário Resolução 769/19 - Resolução
207 Habilitação 91/23 - Veículo Comum R\$ 170.000,00; Protocolo- Construção UBS Tipo I R\$ 650.000,00 - Arapongas -
208 Resolução Sesa N° 092/2022; Protocolo - [19.995.938-7](#)- Construção UBS Tipo I R\$ 650.000,00 - Arapongas -
209 Resolução Sesa N° 092/2022; Protocolo - [19.995.887-9](#)- Construção UBS Tipo I R\$ 650.000,00 - Arapongas -

210 Resolução Sesa N° 092/2022. Sobre esse assunto o Secretário enfatiza saber que esses valores estão extremamente
211 defasados, que atualmente se forem pegar um veículo de transporte sanitário, adequado e 0 Km será próximo de
212 R\$100 mil (cem mil reais), que sempre o Município precisará colocar a sua contra partida para aquisição de transporte
213 sanitário, que em relação a ambulâncias e vans é a mesma coisa, que o valor é de R\$170mil (cento e setenta mil reais)
214 por veículo, enquanto os orçamentos que estão realizando para fazer o processo licitatório é de R\$250 a R\$280 mil
215 (duzentos e cinquenta a duzentos e oitenta mil reais), o valor de uma ambulância. Salaria que as Unidades Básicas de
216 Saúde foi R\$650 mil (seiscentos e cinquenta mil reais) repassados pelo Estado, sendo que é o dobro para deixar de
217 acordo com o padrão da planta do Estado, imobiliário e outras questões que precisarão adequar, mas frisa que é um
218 incentivo, que essa articulação do Prefeito é extremamente importante, o qual conseguiram a UBS do Ulisses, que
219 dentro dessas está a UBS do Alto da Boa Vista, que muito provavelmente estará a UBS do Guadalupe, que estão em
220 fase de estudo para a terceira, por talvez sair a matrícula do Campinho ou a UBS São João, expondo que o Município
221 não tem muitos terrenos adequados nas áreas periféricas. O Secretário Moacir expõe que ainda não receberam o
222 recurso, que para toda a Resolução precisam trazer dando ciência ao Conselho e para aprovação, frisando novamente
223 que é um recurso do Estado, que é uma articulação do poder Executivo, aonde tiveram Resoluções publicadas
224 relacionadas ao transporte sanitário no valor de R\$325 mil (trezentos e vinte e cinco mil reais), significando cinco vezes
225 o valor de R\$65 mil (sessenta e cinco mil reais), o qual houve três Resoluções, totalizando 15 carros e 01 Resolução no
226 valor de R\$65 mil (sessenta e cinco mil reais), para mais um veículo, sendo portanto 16 carros. O Conselheiro Sérgio
227 Azevedo relata das dificuldades encontradas com os veículos disponíveis para a Vigilância Sanitária, o qual já
228 apresentam problemas na parte elétrica, em momentos que estão em fiscalização, ressaltando das “brigas” para terem
229 um UNO, que na sequência quando assumiu conseguiram mais dois veículos, que na Gestão da ex. Secretária de
230 Saúde, atual Conselheira Márcia, conseguiram um Gol, que estão com três carros ruins e um Gol que é de 2018. O
231 Conselheiro Sérgio enfatiza que não saberá os dados ao certo, mas que hoje a Vigilância Sanitária arrecada de multa
232 para o Município na casa de R\$6 milhões de reais anualmente de taxa. O Secretário Moacir coloca que precisam
233 fortalecer com os Gestores que da mesma forma que tem essas Resoluções de transporte sanitário, que parece que a
234 Secretaria de Saúde ainda não entendeu a importância da Vigilância, comunicando que o último que receberam do
235 Governo, que veio para a Vigilância Epidemiológica, sendo na época do Governo Temer, citando que da mesma forma
236 que tem essa Resolução para o Transporte Sanitário, mas que tenha também para a Vigilância Sanitária,
237 Epidemiológica e Endemias, para poderem adquirir. O Presidente Zanatta questiona se restará um carro para o
238 Conselho, tendo como resposta positiva do Secretário Moacir que com essa adequação, não há dinheiro para
239 contrapartida para todos os carros, mas que farão uma ata de registro de preços e que irão adquirindo conforme for
240 entrando recurso, enfatizando que o IPTU entrará apenas em maio, o qual teve atraso esse ano, por estenderem o
241 prazo de vencimento, que então entrará recurso para a Saúde após maio, que esse ano não poderão avançar muito.
242 Sobre o valor de R\$170 mil (cento e setenta mil reais), o Secretário informa que são para ambulância, que aproveitarão
243 essa Resolução porque estão comprando mais 02 (duas) ambulâncias e 01 (uma) Van, acreditando então que até o final
244 do ano comece com a renovação de frota, salientando novamente que todo o recurso não é suficiente, necessitando da
245 contrapartida do Município. O Presidente Zanatta cita que fará o resumo das informações, colocando para aprovação do
246 Plenário, frisando que terão investimentos na ordem de R\$650 mil (seiscentos e cinquenta mil reais), para cada a
247 construção de cada Unidade Básica de Saúde, através da Resolução N°092/2022, que através da Resolução de
248 Habilitação N°91/2023 dois veículos, sendo um no valor de R\$65 mil (sessenta e cinco mil reais) e outro no valor de R\$
249 170 mil (cento e setenta mil reais) que será a ambulância, e outros três repasses devido a Resolução de Habilitação
250 N°858/22, no valor de R\$325 mil (trezentos e vinte e cinco mil reais), cada, perfazendo outros 15 (quinze) veículos e não
251 havendo posicionamento contrário, foi considerado aprovado por unanimidade. O Presidente Zanatta retoma a Pauta e
252 comunicando atendimento ao Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, através do Capítulo IX, art.º 62 a
253 art.º 68, aponta o **4º Ponto de Pauta** _ Abertura do Processo Eleitoral – Mesa Diretiva; menciona que para tal ato,
254 precisam realizar a constituição de uma Comissão Eleitoral, colocando que o Conselho tem um período de até 60
255 (sessenta) dias para que se promova um novo Processo Eleitoral e para a escolha de uma Chapa, comunicando que a
256 partir desse momento constituirão uma Comissão Eleitoral, e após a deliberação, do decreto nomeando esta, a exemplo
257 do último processo, a Comissão Eleitoral dará a abertura do processo de inscrição de Chapas para o novo pleito de
258 direção do Conselho Municipal de Saúde, para Gestão de 2023 – 2026, que se iniciou a partir da Conferência. Coloca
259 como sugestão que se os Membros que participaram da última Comissão Eleitoral tem interesse, ou colocam-se a
260 disposição para participar desse processo novamente, sendo composta por um Membro de cada Segmento,
261 mencionando que em outra feita ficou com a representação do Segmento de Trabalhador, Conselheiro Alecsandro que
262 assumiu a presidência da Comissão, a Irmandade Santa Casa como representante de Prestador, Conselheira Heloísa,
263 a Conselheira Elizabeth como representante de Gestor e o Conselheiro Marcos, como representante de Usuários,
264 questionando se estes ou outros gostariam de participar do processo de constituição da Comissão Eleitoral, havendo
265 portanto posicionamento de confirmação pela Conselheira Heloísa. Na ocasião a Conselheira Iyálòrísá Joilda indaga se
266 os componentes da Comissão Eleitoral tem direito a voto, tendo como resposta que poderão votar, mas não constituir
267 Chapas, sendo então pontuado interesse pela Conselheira de fazer parte da constituição da Comissão Eleitoral, ao que
268 o Presidente pergunta ao Plenário se algum outro Usuário gostaria de fazer parte, havendo manifestação pela
269 Conselheira Roseli. O Presidente Zanatta após questionamento aos Membros anteriores da Comissão Eleitoral do
270 interesse em novamente participarem, tendo posicionamento afirmativo por parte destes. Ficou então constituída pelo
271 Conselheiro Alecsandro, Conselheira Elizabeth, Conselheira Heloísa e após declínio da Conselheira Roseli, ficou como
272 representante no Segmento de Usuários a Conselheira Iyálòrísá Joilda. Ato contínuo, o Presidente Zanatta faz
273 esclarecimento, comunicando que devido a atribuições ao final da Conferência quanto a legitimidade de representação
274 de delegados, assim como da necessidade de fazer algumas reestruturações das propostas, que nesse sentido tem para
275 apresentar as Moções e as Propostas, sendo então o **2º Ponto de Pauta** _ Homologação das 12 propostas para a
276 Etapa Estadual. Indaga ao Plenário, se não há nenhum questionamento referente a posse dos Conselheiros,
277 salientando que fora dada posse a Sra. Heloísa como Titular da Santa Casa e também a Sra. Renata como titular do
278 COREN. Orienta que na Conferência houve o questionamento por parte de outros membros, que participavam como
279 convidados, que em específico o Assessor Jurídico da HONPAR questionou da participação dos delegados na

280 Conferência e representantes do COREN e Santa Casa, quanto a legitimidade destes, devido ao descrito junto ao
281 Regimento da XIII Conferência em seu Artigo 6º, em seu § 4, que define obrigatoriedade em ser residente no Município,
282 que então entre segunda-feira e terça-feira, após a Conferência foi realizado uma avaliação e análise dos aspectos
283 legais desta questão pela Presidência da Mesa, sendo também dirigido questionamento ao Jurídico do Município,
284 comunicando que houve por decisão conjunta, que não há impedimento para que essas pessoas façam parte como
285 indicadas pelas Entidades, que o que haveria eventualmente apenas concernente a Conferência, porém juridicamente
286 imperfeito, não criaria impedimento real. Que foi disposto sobre o local de residência da pessoa física do Delegado,
287 sendo então realmente um impeditivo jurídico para participação na Conferência, mas que não há impedimento para que
288 estas possam ser indicadas ao CMS pelas Entidades situadas em nosso território, isto diante do Regimento do
289 Conselho. Que houve naquela ocasião este apontamento pelo assessor jurídico da Entidade HOMPARG, quanto à essa
290 questão, mas que o impeditivo estabelecido se limitaria apenas à Conferência e não para o Conselho. Citando o Art.72
291 da Lei Nº10.406/2022 do Código Civil, que expressa: “É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações
292 concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida”. Desta forma o Presidente Zanatta coloca que é legítimo tanto
293 da participação da profissional indicada pelo COREN, como da Santa Casa. A Conselheira Márcia, recém-chegada
294 questiona de onde é isso, novamente o Presidente pontuando que é o Código Civil Brasileiro e dando por encerrada
295 essa questão das representações. Expõe que o COREN encaminhou documentos, pois foi solicitando e colocando essa
296 demanda para eles, o qual não reencaminharam outro documento, informando também que a Santa Casa já
297 reencaminhou documento indicando, como anteriormente das pessoas que foram dada as posses ao início da reunião.
298 O Presidente Zanatta faz referência as Moções, o qual foram 03 aprovadas pelo Conselho que ficaram para fazer uma
299 melhor redação para dar encaminhamento, citando a primeira Moção apresentada pelo Conselheiro Alecsandro de
300 Andrade Cavalcante, **“Que a Plenária da XIII Conferência Municipal de Saúde de Arapongas, reunida em 11 de**
301 **março de 2023, manifesta sua solidariedade ao povo do Município de Jandaia do Sul, enlutado pelo trágico**
302 **acidente entre a locomotiva da empresa Rumo e o ônibus da APAE, que vitimou trabalhadores e alunos daquela**
303 **Instituição, bem como manifesta providência do Poder Público, quanto a segurança dos cruzamentos das vias**
304 **férreas dos espaços urbanos”**, cita a segunda Moção também apresentada pelo Conselheiro Alecsandro de Andrade
305 Cavalcante, **“A Plenária da XIII Conferência Municipal de Saúde de Arapongas, reunida em 11 de março de 2023,**
306 **recomenda a criação de uma nova Regional com sede em Arapongas, conforme proposto pelo Conselheiro**
307 **Euclir Antônio Zanatta, a partir do desdobramento de parte dos territórios atuais da 15ª, 16ª e 17ª Regional de**
308 **Saúde”**, ao que o Conselheiro Alecsandro pergunta se já foi enviado e tendo como resposta que não, o mesmo
309 complementa dizendo que “recomenda ao Secretário de Estado da Saúde”. A Conselheira Iyálòrísá Joilda diz que esta
310 Moção foi do seu Evento de Saúde, que assim como o Regimento que foi aprovado dentro da Conferência Municipal de
311 Saúde e o Jurídico do Município. Entende que o local de residência do Prestador de Serviço Santa Casa, mesmo a
312 indicada sendo de Londrina, mas que se o local de trabalho é Arapongas e que reconhece isso, que então deverá
313 reconhecer a Conferência Livre de Saúde da População Negra, tanto a I, quanto a II, que na Conferência Livre de
314 Saúde da População Negra, realizada pela Entidade Ilé Àse Ti Tòbi Iyá Àfin Òsun Alákétu e AIABA – Associação
315 Interdisciplinar Afro Brasileira e Africana, onde continha essa proposta. Reportando-se para o Conselheiro Alecsandro
316 enfatiza que foi sugerida pelo mesmo, sendo trazida e apresentada dentro do Conselho, também com indicação em sua
317 II Conferência Livre, ressaltando de então contemplar essa colocação que inclusive fez dentro da sua Conferência,
318 contemplando o nome desta enquanto Conselheira e representante da Entidade Religiosa de Matriz Africana. A
319 Conselheira segue dizendo que é uma demanda que saiu da 12ª Conferência Municipal de Saúde, realizada em 2019
320 na Pré Conferência da Zona Sul. O Presidente Zanatta diz que o Conselheiro Alecsandro tem realmente perfeita noção
321 sobre isso, que este sim manifestou isso à mesma, a qual posteriormente colocou também no Evento de sua Entidade.
322 O Presidente Zanatta manifesta surpresa e insatisfação pela presunção da Conselheira Iyá Joilda, e direcionando fala
323 ao Conselheiro Alecsandro solicitado manifestação dele. Que tem tratado e apresentado essa proposta de
324 reorganização administrativa e geopolítica da SESA já a partir de uma discussão entre ele próprio, Presidente e o
325 Conselheiro Alecsandro de há mais de 05 (cinco) anos, inclusive tendo a apresentado ao Sr. Sergio Onofre em seu
326 primeiro ano de mandato, que estes têm uma propositura, sendo uma apropriação absurda, não sendo originária da
327 Entidade da mesma. Afirmando que muito embora foi aprovada também na Entidade da mesma, o conteúdo originário é
328 um propósito dele Zanatta discutido eventualmente para com o Conselheiro Alecsandro, o qual a mesma acabou de
329 citar e que foi levado até a Entidade da mesma, que a proposta também foi aprovada pela Entidade, mas que é um
330 propósito dele ao Conselheiro Alecsandro, não sendo da Entidade da mesma. Solicitado pela Conselheira Iyá Joilda
331 pede que o nome desta também seja contemplado, sendo questionado pelo Presidente Zanatta de citar a aprovação na
332 Conferência Livre, sendo pontuado pela Conselheira de citar a II Conferência Livre de Saúde da População Negra e
333 Povos e Comunidades Tradicionais de Arapongas, ao que o Presidente pede para a Conselheira que a mesma
334 contemple em sua proposta, que o ideário partiu destes, para não aparecer que foi uma “coisa” da Entidade da mesma,
335 reafirmando novamente que não foi, sendo pontuado pela Conselheira que precisa relatar a realidade das falas. O
336 Secretário Moacir, sugere de ser colocado a Moção nesse formato, com anotação que foi reiterado na II Conferência
337 Livre, que aliás é marcar um território de reafirmação de uma sugestão que já vem há anos, sendo dito pela Conselheira
338 Iyálòrísá Joilda que a fala existe e que não pode tirar, pois o Evento é gravado. A Conselheira Iyálòrísá Joilda diz que na
339 Plenária tem um representante de Trabalhador, um representante da área médica e um de Usuário que fala da
340 necessidade, que é assim que estes têm que pensar de somar forças. O Presidente Zanatta retomando a fala, diz que
341 após será colocado da reafirmação na II Conferência Livre de Saúde da População Negra e Povos e Comunidades
342 Tradicionais de Arapongas e cita a 3ª Moção, apresentador pelo Secretário Moacir Paludetto, **“A Plenária da XIII**
343 **Conferência Municipal de Saúde de Arapongas, realizada em 11 de março, manifesta uma Moção de aplausos a todos**
344 **os profissionais de Saúde, médicos (as), enfermeiros (as), técnicos e auxiliares de enfermagem, vacinadores (as),**
345 **fisioterapeutas, assim como todos os atendentes que estiveram na linha de frente dos atendimentos na Pandemia**
346 **COVID -19, dos anos de 2020 a 2022”**, na ocasião foi sugerido para citar, **“farmacêuticos, dentistas” a todos os**
347 **profissionais de saúde que direta ou indiretamente colaboraram no combate” ou ainda “a todos os profissionais de**
348 **saúde e estabelecimentos de saúde”**. Realizado então a sugestão de ser alinhado as pessoas, retirando a citação de
349 estabelecimentos de saúde. A Conselheira Iyálòrísá Joilda pede para quando for feito a reafirmação dentro do texto da II

350 Conferência Livre de Saúde da População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais de Arapongas, de ser nomeado
351 o nome das duas Entidades que promoveu o Evento, ao que o Presidente afirma que a Moção é da Conferência, que
352 também foi reafirmado na Conferência da mesma e reafirmado na 1ª Pré Conferência, não interessando ser no CCI Tia
353 Sú. O Conselheiro Alecsandro expõe que no momento da Conferência foi o Delegado que propôs, que o início da
354 Moção está que o Plenário da Conferência aprova, que não vê necessidade de sair com nome, acreditando não ser
355 adequado, justificando que foi aprovado por todos que estavam e reportando-se para o Presidente Zanatta, menciona
356 que também não é adequado sair o nome deste. O Presidente Zanatta e o Conselheiro Sérgio Azevedo mencionam de
357 manter da forma já discernida, que não tem o que ser discutido. A Conselheira Iyalòrisá Joilda cita que reafirma o
358 pedido de identificar o nome das Entidades que realizaram a Conferência Livre de Saúde, enfatizando que se pode
359 nomear pessoa física é mais do que direito legítimo, que identifique quais foram as Entidades que realizaram a II
360 Conferência Livre, para não aparecer um apagamento. O Presidente reafirma e novamente questiona se o Conselheiro
361 Alecsandro confirma que esteve no Gabinete, falando com o Prefeito Sérgio Onofre, há cerca de 05 (cinco) anos, sendo
362 respondido positivamente. O Presidente reafirma que será colocado a Conferência da Entidade da mesma e questiona
363 o que a mesma quer mais, tendo como resposta pela Conselheira Iyalòrisá Joilda que este não está entendendo, se é a
364 II Conferência, indaga, portanto, quem realizou a Conferência, com resposta que a Entidade da mesma, a Conselheira
365 segue pontuado que é um documento que vai para Moção e para o Estado, questionando se esta será apagada. O
366 Conselheiro Antonio Magro e Alecsandro afirmam que a Moção que precisa ser encaminhada, é a mesma que foi lida e
367 votada no Plenário da Conferência. A Conselheira Márcia diz também já teve referência sua para esta reorganização de
368 Regional. O Presidente Zanatta questiona aos Conselheiros se concordam que apareça apenas a Moção em relação a
369 Plenária, sendo aprovado. Ato contínuo, o Presidente expõe que das propostas aprovadas na Conferência Municipal, foi
370 avaliado aquelas que poderiam ir para Estadual, tendo que incluir 03 (três) propostas em cada Eixo, sendo 04 (quatro)
371 no nível Estadual, citando os Eixos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde: I Eixo – O Brasil que temos e o
372 Brasil que queremos; II Eixo – O Papel do Controle Social; III Eixo – Defender o SUS e a Democracia e o IV Eixo –
373 Amanhã será outro dia, desta forma comunica que praticamente foi transformado em um Eixo apenas no Município, o I
374 e o IV, sendo o Brasil que temos e o Brasil que queremos e Amanhã será outro dia. O Presidente Zanatta expõe que a
375 proposta da Conselheira Iyalòrisá Joilda em sua I Conferência colocou a partir desta, citando: *“Reafirmar e fortalecer*
376 *políticas públicas no SUS para garantir a implementação e monitoramento da saúde da política nacional de saúde*
377 *integral a população negra/ PNSIPN, e de outras vulnerabilidades, instituídas pela Portaria nº 992. 13 de maio de 2009,*
378 *e outras portarias como estratégia de melhoria do sus que contemplem questões de todos aspectos biopsicossociais e*
379 *espirituais, da maneira seguinte: A- Ações voltadas ao combate ao racismo institucional, no SUS como promoção da*
380 *saúde pública brasileira; B- melhorar a gestão sus, promovendo a transparência e prestações de contas, adequando-as*
381 *aos interesses de necessidades da população; C- viabilizar a inserção da juventude negra, e de outros grupos*
382 *vulneráveis a exemplo da juventude LGBTQIA+, moradores em situação de rua e PPL nos processos de decisões de*
383 *políticas públicas; D- Fiscalizar o correto preenchimento dos quesitos etnias, raça, cor, opção sexual, manifestação*
384 *religiosa e utilização dos dados através de geo referenciamento\ mapeamento na distribuição equânime dos serviços,*
385 *E- Fiscalizar a garantia das especificidades quanto aos trabalhadores em saúde pertencente aos grupos populacional*
386 *vulnerável”*, afirmando que estão colocando algo de quesito legal, mas que é uma proposta de ir para a Estadual e
387 fortalecer, que quando é colocado reafirmar é pelo motivo que na II Conferência da Conselheira, esta fez a proposta
388 novamente, que acham então que é uma proposta de ir para a Estadual, mas frisa que é apenas a 1ª parte, sendo os
389 demais subitens da proposta, fazendo lembrança que as 12 (doze) propostas serão entregues na Regional, que fará um
390 compilado de propostas cruzadas, similares dos outros Municípios para levar para o Estado, que nesse momento
391 precisam pedir informações para o Estado, sobre o que passou destes ou ainda o que foi alterado. O Conselheiro
392 Alecsandro expõe que o corpo da proposta lido e aprovado contém todas as alíneas, afirmando não fazer diferença
393 pegar um documento do Word e encaminhar com uma letra pequena, com uma ação que é uma Política Pública, que
394 “chover no molhado” e falar “eu não quero”, enfatizando que o texto é legal, de Saúde Pública do SUS é construção,
395 que reiterará o que já falou, que então não precisava ter Conferência, que o texto está nesse formato, se será mandado
396 com um parágrafo, duas ou dez linhas, sendo um documento digital, não acumulará papel, expondo que em outras
397 cidades como, Maringá, Londrina e Curitiba, cada proposta é uma página, com frente e verso, dizendo que acha que é
398 “mesquinha” discutir o porquê dessa maneira, em um texto que foi lido e aprovado em Plenária. O Presidente Zanatta
399 questiona se o Plenário concorda, destacando a mesma, informando que esta será encaminhado na íntegra como
400 proposta para a Estadual. Citando a 2ª proposta *“Fortalecer a fiscalização do cumprimento do Estatuto da Criança e do*
401 *Adolescente”*, expõe que precisam colocar a proposta no Eixo - “O Brasil que temos, o Brasil que queremos”, que no I
402 Eixo há 11 (onze) propostas, que as com destaque em amarelo é as consideradas propostas para ir para o Estado, que
403 as demais não são propostas propriamente ditas, não querendo dizer que possam fazer um melhor texto, para
404 transformar em proposta, citando a 3ª - *“Convidar a população a participar das reuniões mensais do Conselho Municipal*
405 *de Saúde, bem como, realizar reuniões extraordinárias e descentralizadas, estimular a criação dos Conselhos locais”*;
406 expondo que são propostas destes para o Município, 4ª *“ Fortalecimento do controle social através de ações educativas*
407 *disseminadas pelo município, inclusive levadas as escolas e universidades com recomendação para que cursos da área*
408 *de saúde deste município contemplem temas de ações em saúde pública, com divulgações de ações através de redes*
409 *sociais (WhatsApp)”*; 5ª *“Oferta de capacitação em controle social, através do Conselho Municipal de Saúde, junto ao*
410 *poder público e universidades, com oferecimento de cursos na modalidade a distância através do site do referido*
411 *Conselho, e outras atividades presenciais com vistas ao fortalecimento do controle social e pro ativas na busca de*
412 *atores interessados nas discussões trazidas ao Conselho”*; sobre esse assunto afirma que essa proposta é de cunho
413 Estadual, que precisa apenas fazer a troca da palavra Municipal, questionando se o Plenário concorda, havendo
414 posicionamento afirmativo em unanimidade. Retomando a leitura o Presidente Zanatta cita a 6ª proposta - *“Realizar*
415 *cartilhas\cronograma\seminário que trate de funcionamento do fluxo de atendimento nos diversos ambientes em saúde”*;
416 7ª *“Realizar seminário anuais e encontro de saúde para as discussões das políticas públicas de saúde em parceria com*
417 *poder público municipal e instituições privadas”*; 9ª - *“Realizações de ações de promoção a saúde periódicas em*
418 *horários alternativos pela UBS’s (período noturno e finais de semana) envolvendo a colaboração dos movimentos*
419 *sociais”*; 10ª *“ Fortalecimento das Políticas Públicas para identificação, diagnóstico, acesso ao tratamento de doenças*

420 negligenciadas a exemplo de tuberculose e Hanseníase, capacitando os profissionais de todas unidades (próprias,
421 terceirizadas, conveniadas), para imediata ação em busca da definição diagnóstica”; sobre esse assunto afirma que foi
422 falado de fazer a melhoria da redação, sendo a seguinte alteração 10.1 “Fortalecimento das Políticas Públicas de
423 rastreamento para acesso, identificação e diagnóstico para tratamento imediato de doenças negligenciadas, a exemplo
424 da Tuberculose e Hanseníase, com capacitação permanente dos profissionais próprios, terceirizados ou conveniados”.
425 O Conselheiro Aleksandro menciona faltou a sugestão na proposta, complementando que a Organização Mundial de
426 Saúde prega dentro dos objetivos a serem cumpridos até 2025, a imediata ação e busca, afirmando que não está
427 surgindo da cabeça destes, da “ação e busca da definição diagnóstica”, ao que o Presidente questiona se é de
428 rastreamento que o Conselheiro está falando, com resposta positiva deste, sendo então comunicado pelo Presidente se
429 colocar “Políticas Públicas de rastreamento para acesso, identificação e diagnóstico imediato”. O Conselheiro
430 Aleksandro comunica que houve uma surpresa na capacitação da tuberculose em Apucarana, quando se ouviu falar
431 que o Município oferta teste molecular de tuberculose, que essa informação nunca tinha chega à Instituição Hospitalar,
432 afirmando que é essa comunicação e fortalecimento da Política Pública, expondo que este Município é o que mais
433 consta casos de tuberculose. O Presidente Zanatta menciona que essa seria uma proposta para ser levada, sendo uma
434 Política Pública Estadual, questionando se concordam, não havendo posicionamento contrário. A Conselheira Iylóbrísá
435 Joilda indaga sobre o Consultório de Rua, tendo como resposta que essa é uma outra proposta, estando dentro das
436 propostas do Município, existindo a premissa da literatura legal Federal. O Presidente Zanatta retoma novamente a
437 leitura das propostas, citando a 11ª - “Fortalecer o acesso dos usuários do sistema de saúde aos serviços prestados e
438 fortalecer a equidade e acesso ao sistema”; informando que com a alteração de redação ficou, 11.1- “Promover
439 equidade, através da qualificação de acesso dos usuários aos sistemas de Atenção em Saúde de média e alta
440 complexidade”, comunicando ao Plenário que estas seriam as três propostas do I Eixo, indagando se aprovam e não
441 havendo posicionamento contrário comunica, que foram aprovadas as três sugestões de propostas e modificadas da
442 Conferência, que foram colocadas para incumbência para serem definidas neste Pleno. O Presidente Zanatta cita as
443 propostas do II Eixo, sendo 1ª - “Solicitar ao Conselho Estadual e entes da Gestão Estadual e Federal a necessidade de
444 revisar dos valores da Tabela Sus para melhoria da qualidade e assistência aos Usuários”; sobre esse assunto afirma
445 que o Conselho Estadual não tem atinência para a revisão de tabela e valores, mas que pode fazer indicativo, cita a 2ª
446 proposta “Revisão das contra partidas Federal e Estadual no subfinanciamento da Atenção Básica”; sobre esse assunto
447 afirma que foi colocado que estes fizessem uma nova redação, sendo 2.2ª “Revisão dos valores de repasse aos
448 Municípios, dos recursos fundo a fundo, relativos aos entes Federal e Estadual, diante do subfinanciamento da Atenção
449 Básica”; com concordância do Plenário, cita a 3ª proposta “Revisão das contra partidas Federal e Estadual no
450 Subfinanciamento dos Medicamentos do Componente Básico do SUS”; sobre esse assunto menciona que foi realizado
451 a mesma contextualização, 3.1 “Revisão dos valores de repasse aos municípios, dos recursos fundo a fundo, relativos
452 aos entes Federal e Estadual, diante dos subfinanciamento dos medicamentos do componente básico do SUS.
453 Questiona ao Plenário se todos concordam em fazer a junção das duas últimas propostas, sobre a mesma redação. A
454 Conselheira Iylóbrísá Joilda pede a palavra e questiona ao Secretário de Saúde Moacir, se o Estado tem essa
455 autonomia de alterarem referindo-se a revisão de valores de repasse da tabela SUS, tendo como resposta que não, ao
456 que a mesma continua indagando se a autonomia não é do Governo Federal, sendo pontuado pelo Presidente Zanatta
457 que não é o procedimento da tabela SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos
458 e OPM do SUS, tendo ainda a resposta do Secretário Moacir que cita como exemplo a Atenção Básica, onde recebem
459 pelo credenciamento de equipe, não sendo por procedimento, que sabem que hoje não existe uma contrapartida do
460 Estado para adotar uma estratégia de Saúde da Família, que sai na média de R\$60 mil (sessenta mil reais) a R\$70 mil
461 (setenta mil reais), o qual recebem menos de R\$15 mil (quinze mil reais) do Governo Federal e que o resto quem banca
462 é o Município. A Conselheira Iylóbrísá Joilda, indaga se o Estado tem autonomia de mandar mais ou menos para os
463 Municípios, tendo como resposta pelo Secretário Moacir que na tabela de procedimentos não, que é Bipartite, a
464 Conselheira sugere então de integralizar a proposta. A Conselheira Márcia diz que quem define valores de tabela é o
465 Governo Federal, mas este repassa valores para os Estados e que este redistribui para os Municípios . O Presidente
466 Zanatta cita a 4ª proposta “Propor a migração de recursos, das emendas parlamentares, para ampliação do
467 financiamento regular do SUS”; 5ª proposta “Propor a revisão para ampliação do elenco de ações, insumos e
468 equipamentos para execução das Emendas Parlamentares”; sobre esse assunto o Secretário Moacir comenta que hoje
469 existem Emendas Parlamentares para a compra de equipamentos e derivados, nem sempre sendo recursos reguláveis
470 para financiar o serviço, sendo que é no Município onde mais sentem isso, que nas Emendas Parlamentares, estas são
471 a Atenção Básica e que esta é obrigação para manutenção, que se veem todos os anos pedindo Emendas de custeio
472 para pedirem Emendas Parlamentares, para bancar uma coisa que já existe, ressaltando ser claro em mandar uma
473 proposta para o Estado, citando como exemplo o prestador médico, que existem os recursos para a manutenção do
474 serviço para os hospitais. A Conselheira Márcia frisa que a 4ª proposta a preocupa, precisando aprofundar mais a
475 discussão e que não pode ser uma decisão superficial, citando como exemplo que pode acontecer, do Governo
476 conceder R\$1 milhão, (um milhão de reais) para Emenda Parlamentar, sendo diferentes Parlamentares, a qual
477 destinarão para um Hospital ou Entidade, para “coisas específicas”, que então falarão que não é mais Emenda
478 Parlamentar, que isso entrará no financiamento, que melhorarão a Tabela SUS para esse R\$1 milhão e o que seria de
479 uma forma tão grande, irá virar uma “migalhinha”. O Presidente Zanatta afirma que o que entendeu dessa proposta e
480 cita como exemplo que se houvessem R\$1 milhão em Emendas por Parlamentar, que seu entendimento é que não
481 haveriam R\$513 milhões e tendo redução de R\$ 200 milhões a R\$ 300 milhões para repasses de recursos regulares,
482 fundo a fundo, frisando que é isso o que a proposta está falando, não sendo a sua própria. O Conselheiro Aleksandro
483 afirma que o que a proposta está dizendo é que vai tudo, 100%, que acha que essa proposta “é um tiro no pé”, tendo
484 como resposta pelo Presidente Zanatta que isso é uma proposta que passou lá, referindo – se a Conferência Municipal,
485 ao que o Conselheiro Aleksandro menciona que não dá para levar para o Estado. O Presidente Zanatta comenta que a
486 proposta da Conselheira Heloisa é outra, que também tem um viés, porque quando a mesma fala de flexibilização do
487 elenco de ações, que então acredita que é ampliar o elenco de ações, porque o recurso vem sobre rubrica, citando
488 exemplos como: para equipamentos ou custeio. A Conselheira Heloisa afirma que quem define isso é o Estado, que por
489 isso a proposta seria para o Estado, que não é nível Federal, que quem define as rubricas para essas Emendas é a

490 SESA. O Presidente Zanatta orienta que há duas situações, que uma é de não coloca-la como parte do elenco e que
491 outra seria melhor redigi-la, ao que a Conselheira Heloísa sugere de propor a ampliação do elenco de ações, insumos,
492 equipamentos, para execução das Emendas. A Conselheira Márcia. A Conselheira Heloísa afirma que na verdade já
493 precisa de uma revisão no Art. 28 no Tribunal de Contas. O Presidente Zanatta faz a sugestão para as Conselheiras
494 Márcia e Heloísa de no próximo dia de instruírem as duas propostas e tentar dentro da Administração do Hospital de
495 como fazer. O Presidente Zanatta adiciona na ocasião a sugestão de melhoria da proposta sendo “ Propor a revisão
496 para ampliação do elenco de ações, insumos e equipamentos para execução das Emendas Parlamentares”,
497 comunicando então sobre a 6ª Proposta do Conselheiro e Secretário Moacir, “Propor a revogação da Emenda
498 Constitucional 95/2016, que congela os gastos da União”, questionando ao mesmo se há necessidade de alguma
499 alteração, não havendo. Cita 7ª Proposta “Propor a redistribuição na oferta de cirurgias e outros procedimentos aos
500 prestadores de média e alta complexidade, favorecendo aos habitantes de Arapongas”. Cita 8ª Proposta
501 Estabelecimento de prazos fixos, nos processos de auditoria e liberação de Procedimentos em AIHS e Procedimentos
502 Ambulatoriais de alta complexidade, evitando constantes reconsultas e realização de novos exames para internação e
503 atendimentos hospitalares cirúrgicos”. O Presidente Zanatta orienta a Conselheira Márcia que estes estavam falando na
504 Conferência sobre o problema que os Auditores demoram para liberar procedimentos e que ficam esperando, referindo-
505 se ao Hospital HONPAR, que também há uma demanda para ressonância e tomografia de algumas vezes, setenta dias,
506 que então é desse processo que está falando. A Conselheira Márcia diz que da demora do Auditor e acaba vencendo a
507 guia, ao que o Presidente Zanatta menciona que se a pessoa faz uma exame básico de sangue e demora mais 60 dias,
508 não vai mais ter validade. O Conselheiro Alecsandro sugere para reivindicar a SESA o estabelecimento de uma
509 Resolução fixando o prazo de auditoria, que não só de reivindicar que seja agilizado, mencionando a liberalidade do
510 Auditor sentar em cima, pois não há nada que o baliza a um prazo que tenho, então que é reivindicar a correção por
511 Resolução de fixação de prazo. O Presidente Zanatta pergunta ao Plenário como ficará a proposta, sendo sugerido
512 “Reivindicar a SESA a fixação de prazo, através de Resolução de todos os processos de auditoria e liberação de
513 Procedimentos em AIHS e Procedimentos Ambulatoriais de alta complexidade, evitando constantes reconsultas e
514 realização de novos exames para internação e atendimentos hospitalares cirúrgicos”. O Presidente Zanatta faz
515 orientação ao Plenário que precisarão fazer a escolha das propostas, citando a 9ª “*Criação de Comitê Permanente de*
516 *Revisão das Políticas de Cargos e Salários de Profissionais de Saúde, que contemplem as especificidades dos*
517 *trabalhadores terceirizados ou através de entidades conveniadas”;* informa que sobre essa proposta não sabe se vai
518 para a Estadual ou se fica na Municipal, por não ser política de Estado, que este tem o Comitê de Cargos e Planos de
519 Salários, que não tem para fora, também não podendo exercer para fora, que não pode exercer sobre as Entidades,
520 Prestadores. O Conselheiro Alecsandro comunica que a proposta do Sindicato e que sugere que se crie uma identidade
521 Estadual, que não haja mais essa situação que ocorre nos Municípios, cita como exemplo a Prefeitura de Sabáudia, de
522 cidade pequena, que tem maior flexibilidade de seu orçamento, que precisa de um Pediatra no local e que a cidade
523 maior tem o pediatra, que as vezes aquela consegue oferecer as vezes R\$10 reais a mais na hora do que a cidade
524 maior, que perde profissional, que a ideia é criar uma fixação, um projeto, que o próprio Tribunal de Contas poderia
525 estabilizar isso, que o plantão médico da Santa Casa não pode ser diferente do plantão médico do Hospital San Rafael
526 em Rolândia, como não pode ser diferente do plantão médico de Astorga, afirmando que o Ente pagador é o Estado,
527 que paga a cada Município a seu bel-prazer, que os Prestadores que são terceirizados ficam refém disso. O
528 Conselheiro Alecsandro continua mencionando que a Conselheira Heloísa conhecia muito bem na questão de
529 Ginecologista e Pediatras, frisando que quantas vezes ficavam na mão, porque o plantonista recebeu uma proposta que
530 o Município vizinho pagará dobrado, destacando que esse vai justamente por não ter uma proposta de fixação na
531 Cidade, que criaram essa situação de balcão de negócios, ao que o Presidente Zanatta questiona ao Plenário de qual a
532 decisão destes, justificando que fica com as palavras da Conselheira Márcia, que acha que é uma relação mais
533 complexa e que deveriam estar avaliando para tentar elucidar a mesma, sendo pontuado pela Conselheira Iyálòrisá
534 Joilda que seria criar uma tabela de referências e sendo dito pelo Presidente Zanatta que é uma relação de oferta e
535 procura. O Conselheiro Alecsandro comenta ser uma relação do Tribunal de Contas e que o Ministério Público ainda
536 não propôs isso, mas que o Município tem que propor isso, que a cidade vizinha não pode vir com ofertas de pagar o
537 dobro, que por isso que tem que ter o Tribunal de Contas, ao que o Presidente Zanatta questiona como falará para um
538 profissional, seu amigo, que não pode cobrar em uma consulta R\$200 (duzentos reais) se você cobra R\$300 (trezentos
539 reais), com resposta pelo Conselheiro Alecsandro que consultório é uma outra coisa. O Presidente Zanatta expõe que o
540 Estado não paga os honorários dos profissionais que a Santa Casa contrata, que repassa dinheiro para Santa Casa por
541 tabela e por contratualização, afirmando que é a Santa Casa quem contrata, que esta não pode mudar a regra. O
542 Conselheiro Alecsandro diz que essa é uma proposta que o Comitê que cuida disso, seja Inter setorial. O Presidente
543 Zanatta menciona que podem colocar como uma proposta, dentro do Eixo “O Brasil que queremos” e orientando que se
544 for preciso fará apenas uma pequena alteração, sem mudar o conteúdo. A Conselheira Iyálòrisá Joilda questiona
545 quantas propostas serão levadas para nível Federal, tendo como resposta que terão que escolher doze propostas,
546 distribuindo-as dentro dos eixos do Estado, que a proposta sobre Financiamento do Secretário Moacir é uma das
547 poucas que passaria livre para chegar na Federal, ao que a Conselheira Iyálòrisá Joilda diz que sim, que estão
548 discutindo toda essa proposta que o Secretário colocou a nível de vários Municípios, que estes tem colocado sobre a
549 revogação da Emenda 95, assim como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que está sendo
550 discutida a nível Nacional, justificando que hoje há um Governo que dará condições para essa implementação. O
551 Presidente Zanatta cita as propostas do Eixo III, da Conferência Municipal de Saúde, sendo “Promoção de ações de
552 prevenção de suicídios em população em geral”; sobre esse assunto comenta que já existe um programa no Estado
553 voltado para isso, cita “Favorecer a interação multiprofissional da saúde”; sobre esse assunto afirma que fez uma
554 alteração de redação, a qual foi sugerida, fazendo a leitura “Promoção e fortalecimento das ações de capacitação
555 permanente para Uniformização e Integração Interdisciplinar, frente as Linhas de Atenção em Saúde”; comenta que
556 existem 05 linhas de Atenção em Saúde, que precisam ser fortalecidas através de capacitação Multiprofissional, que
557 acredita que o termo seria interdisciplinar. Cita a proposta “Implementação das práticas integrativas e complementares
558 na saúde pública”, com alteração de texto para “Capacitação dos profissionais em saúde, para implementação das
559 políticas públicas voltadas as práticas integrativas e complementares em saúde”; sobre esse assunto o Presidente

560 Zanatta afirma que essa é uma proposta para o Estado, que é uma proposta do Município e que quando falam na
561 capacitação dos profissionais em saúde, que deveriam colocar uma coisa que envolva o Estado, citando como exemplo,
562 através de recursos do Estado. A Conselheira Iyalórisá Joilda afirma que a proposta não foi essa, mencionando que a
563 proposta foi da “Implementação de Práticas Integrativas e Complementares na Saúde”, que era uma proposta
564 municipal, que não houve tempo de colocá-la devido ao almoço, referindo – se ao segundo dia da Conferência de
565 Saúde, que quando retornou solicitou que fosse colocado uma proposta a nível Federal, que foi lida a proposta, que
566 entregou na mesa para a Sra. Giziele, mas que levou consigo o rascunho, afirmando novamente que seria de âmbito
567 Federal, que não foi bem assim. O Presidente Zanatta orienta a Conselheira Iyalórisá Joilda que os facilitadores do
568 grupo e que inscreveram naquela ocasião, sendo estas que trouxeram a proposta, estando escrita como chegou para
569 estes, que então veio dessa forma, citando “Implementação de Práticas Integrativas e Complementares na Saúde
570 Pública”, com afirmação da Conselheira Iyalórisá Joilda que é isso, que inclusive já existe um projeto. A Conselheira
571 Márcia expõe que acha que está faltando o verbo antes da interpretação, citando como exemplo de favorecer a
572 implementação, de reforçar a necessidade da informação, afirmando que já existe, mas precisa ser melhor executada,
573 ao que a Conselheira Iyalórisá Joilda concorda que existe e complementando sua fala que existe uma proposta a nível
574 Federal que foi apresentada, que existe um projeto no Município sobre a implementação das PICS – Práticas
575 Integrativas e Complementares, a qual faz parte da Conselho Nacional de Saúde. O Presidente Zanatta, reportando-se
576 para a Conselheira Iyalórisá Joilda responde que a referida proposta está contemplada e faz a leitura da mesma,
577 “Fortalecer a valorização das Práticas Integrativas e Complementares da Saúde e a Medicina Tradicional e
578 Complementar Integrativa, da valorização dos espaços sagrados, dos povos e comunidades tradicionais de matriz
579 africana, dos povos e comunidades tradicionais, dos povos originários, reconhecendo-os como detentores, sabedores e
580 fazedores da ancestralidade, da moralidade e musicalidade”; expõe que acredita que não é isso uma proposta, que a
581 proposta está antes, citando “Fortalecer e valorizar as Práticas Integrativas e Complementares de Saúde – PICS e a
582 Medicina Tradicional e Complementar Integrativa - MTCI, ao que a Conselheira Iyalórisá Joilda menciona que essa
583 proposta foi articulada e discutida junto com a Comissão da CIBS – Comissão Inter gestores Bipartite do Paraná, que
584 faz parte do Conselho Nacional de Saúde, que inclusive trocou uma ideia com o Sr. Rafael Dall Alba que é da OPAS –
585 Organização Pan Americana de Saúde, que este enquanto articulação do movimento social discutiram essa pauta,
586 frisando que já está marcado uma capacitação para os dias 17 e 18 e que foi dessa forma que foi colocado a proposta.
587 O Presidente Zanatta orienta a Conselheira Iyalórisá Joilda que estão dirimindo a proposta que será acolhida, sendo
588 respondido que esta foi a proposta e que o texto está diferente, que é uma proposta de âmbito Federal. O Presidente
589 Zanatta sugere que a proposta seja enxuta, porque o restante é desdobramento que a proposta vai levar, ao que a
590 Conselheira Iyalórisá Joilda responde que como foi colocado pelo Conselheiro Alecsandro que existem Municípios que
591 estão levando páginas inteiras, que quando se recusa a colocar na qual se refere são as PICS e a MTCI, que inclusive
592 já é projeto da OPAS. Indagado pelo Presidente Zanatta ao Plenário, o que discernem sobre isso, tendo como resposta
593 pelo Conselheiro Alecsandro que mais uma vez falará de manter a proposta. A Conselheira Iyalórisá Joilda continua a
594 fala mencionando que se está mudando a proposta que foi colocada na Conferência, ao que a Conselheira Heloísa
595 afirma que não estava desse jeito, sendo pontuado pela Conselheira Iyalórisá Joilda que foi colocado na Plenária da
596 Conferência Municipal de Saúde que os três Eixos se reuniram, reformulando e propondo propostas, que foi o que
597 aconteceu, para que todos pudessem fazer a troca e a oportunidade de forma equânime, que está proposta foi lida e
598 que não tem o porquê mudar o texto de uma proposta aprovada em Plenária de Conferência Municipal de Saúde. O
599 Presidente Zanatta expõe à Conselheira que a proposta não foi aprovada assim, tendo como resposta pela Conselheira
600 Iyalórisá Joilda que foi aprovada, que quem fez a leitura foi o Secretário Moacir, tendo a pontuação também do
601 Secretário que faz lembrança que quando estavam consolidando informações e faz lembrança que ele aceitou no final.
602 O Presidente Zanatta questiona ao Plenário se a acolhem para ser encaminhada para a Estadual, havendo
603 concordância pelos Conselheiros. A Conselheira Márcia expõe para a Conselheira Iyalórisá Joilda, que a mesma está
604 fechando muito em cima dessas Práticas Integrativas, que são mais coisas, tendo como resposta que isso é para o
605 Governo Federal subsidiar, que é para o Estado, mas a nível Federal. O Presidente Zanatta menciona que as Práticas
606 envolvem outras que não estão citadas, que esse é um processo democrático, com resposta que estão na Práticas
607 Integrativas, que é por isso que existe a Medicina Tradicional Integrativa. O Conselheiro Alecsandro expõe que a
608 proposta foi acolhida pelo Conselheiro Moacir e que a Mesa de abstém, sendo pontuado pela Conselheira Iyalórisá
609 Joilda que pode inclusive solicitar revisão ao Ministério Público do que está sendo colhido em Plenária, com
610 questionamento ao Plenário pelo Presidente Zanatta do que estes acatam, sugerindo da proposta ser colocada na
611 integra ou ser colocada no fechamento, com novo posicionamento do Conselheiro Alecsandro de que o Conselheiro
612 Moacir acabou de falar que fez a leitura e que o Conselho não pode mudar a proposta da Conferência, com resposta do
613 Presidente Zanatta que estão exatamente fazendo isso, que estão fazendo o acolhimento das demandas e a ratificação
614 das propostas, que como para está não poderá. A Conselheira Iyalórisá Joilda menciona que a proposta foi lida e que
615 se for mudada, reclamará. O Presidente Zanatta expõe à Conselheira Iyalórisá Joilda que fará um pedido a mesma, de
616 fazer um levantamento no próximo dia de todas as outras Práticas Integrativas que não estão citadas, para serem
617 incluídas, tendo como resposta que quando falam de Práticas Integrativas e Complementares na Saúde, estão
618 abrangendo todas as Práticas Integrativas e que quando falam da Medicina Tradicional Complementar Integrativa, que
619 estão abrangendo de uma forma mais ampla todas as outras, que inclusive haverá uma formação nos dias 17 e 18 em
620 Brasília a respeito das PICS e das MTCI, onde já está convocada a participar. O Presidente Zanatta solicita novamente
621 o elenco das demais Práticas que não estão citadas, tendo como resposta da Conselheira Iyalórisá Joilda que a
622 proposta é essa, que se o mesmo quer retirar a proposta, para fazer a posição deste, que esta fará a sua enquanto
623 representante da Instituição, que a proposta foi acolhida na Plenária. O Presidente Zanatta questiona ao Plenário
624 novamente o que decidem, tendo como resposta pelo Conselheiro Alecsandro que a proposta possa ser encaminhada.
625 Segue citando a proposta seguinte, constante no Eixo III, “Fortalecimento e integração das áreas de Saúde e Educação,
626 para a implementação do programa saúde na escola” , frisando que foi alterado a redação desta, o qual antes era
627 “Fortalecer o programa saúde na escola”, com posicionamento do Secretário Moacir que não é a sua intenção mudar a
628 proposta, mas que quando falam de proteção social que poderiam colocar a Assistência Social, que está dentro da
629 Política de Proteção Social, que é saúde, educação e assistência social, que agora muitos trabalhos que são feitos de

630 teatro nas escolas em relação a violência, está sendo pela Assistência Social. O Presidente Zanatta informa ao Plenário
631 que estas são as propostas para a Estadual, mas cita as demais propostas constantes no Eixo III, como “ Busca ativa
632 do “Centro POP” junto às UBS’s e a Epidemiologia para a população em situação de rua”, “Promover capacitação dos
633 profissionais da rede no que diz respeito a doença renal (hemodiálise em todo o aprimoramento e treinamento.
634 Orientação a população em geral sobre a doença renal e seus sintomas. Maior atenção à população de risco renal e
635 inclusão no calendário nacional. Garantir o transporte exclusivo e de qualidade quando necessário”, “Capacitação e
636 treinamento das equipes de Estratégia de Saúde da Família, para identificação e acompanhamento dos casos
637 sintomáticos, respiratórios a partir de duas semanas”, “Capacitação das equipes de estratégia de saúde da família
638 quanto ao rastreio, abordagens e condução, relativas a violência contra mulher”; “Criar condições de acesso
639 promovendo equidade na valorização, o apoio, o reconhecimento, dos povos tradicionais de terreiro/ matriz africana,
640 afro brasileira, capoeira, bem como, os capoeiristas, como detentores e fazedores: religião, cultura, saúde, acolhimento
641 humanizado, e suas expressões tradicionais milenar “oralidade, ancestralidade, musicalidade, terapêutica, instrumentos,
642 ritos, dentre outros”, na promoção de saúde no sus, e criar condições de acesso às parcerias, entre gestor/terreiro/
643 capoeira/ grupos de capoeira”; afirmando serem estas propostas Municipal. O Conselheiro Alecsandro questiona sobre
644 a proposta apresentada na Pré Conferência a respeito do tele atendimento, que é uma proposta para ser na Nacional,
645 pois hoje estes têm uma Secretaria de Tele atendimento, sendo pontuado pelo Secretário Moacir que acha interessante
646 pautarem, que está vindo muito forte essa questão, existindo atualmente telediagnóstico e tele consulta, sendo em
647 diversas áreas, como na Saúde Mental, psicologia e na auditoria. O Conselheiro Alecsandro pede a palavra e diz que
648 representando o Sindicato dos Médicos, que o Conselho registre e encaminhe a família do Dr. Brites, uma moção de
649 pesar por seu abrupto falecimento no dia da Conferência destes, que teve por mais de duas décadas de serviço
650 prestado a neuropediatria no Município, ressalta ainda que na presente data faleceu a Sra. Magda Lúcia Felix de
651 Oliveira, Pós Doutora e Enfermeira da UEM - Universidade Estadual de Maringá, sendo grande batalhadora dos
652 movimentos sociais, que o Conselho também pudesse encaminhar através da reitoria da UEM, para que chegue a
653 famílias, aos mais interessados, a moção de pesar pelo falecimento da Dra. Magda. O Presidente Zanatta informa que
654 recebeu algumas queixas relativas ao papel da Regional participando da Conferência, orientando como o principal
655 destes um papel de observador, não tendo papel de interlocução direta, que novamente se somaram as queixas e a
656 insatisfação diante da omissão de nossos relatórios da nossa etapa municipal, que não enviamos uma carta de
657 desagrado deste Conselho à Regional, pelo fato que não foi encaminhado nada à 12º Conferência Estadual das pré
658 conferências e da Conferência Municipal, por falha do profissional responsável à época, o Sr. Benedito. Ocorre que
659 nesta Conferência há relatos de que fez um papel de interlocução com diversos questionamentos, instigando a
660 discussão dentro do grupo com insinuações de falhas da Secretaria de Saúde, que instigou a responsável pela
661 Epidemiologia, contrastando-a diante do Grupo de Temas, que, portanto, não foi um papel salutar a participação deste
662 na Conferência. Que não fala por si, porém que estas queixas foram trazidas à Mesa Executiva da Conferência. Refere
663 que apenas observou ser inapropriada a fala do Senhor Benedito quando faz uma genérica reprimenda ao uso do
664 pronome “EU”, naquela ocasião, após as falas do Secretário Moacir e do próprio Conselheiro Zanatta e onde durante a
665 Plenária. A Conselheira Márcia pontua que acha que o Conselho pode encaminhar uma nota à Regional, com essas
666 ponderações. O Conselheiro Alecsandro diz tiveram moções do Conselho que eram para ser encaminhadas e que não
667 foram, que fique registrado, mas que então seja encaminhado, que então aquilo que está guardado, mesmo fora do
668 prazo que seja encaminhado. A Conselheira Iyalórisá Joilda diz que o Sr. Benedito fez uma defesa no direito da fala do
669 Segmento de Usuários da Sociedade Civil, que percebeu nesta Plenária, que Prestador de Serviço do SUS, querer
670 tolher a fala da Sociedade Civil do Segmento de Usuários, que não assinará nenhum documento contra a fala que o Sr.
671 Benedito fez, que defendendo a questão da democracia, no espaço legitimado da Conferência Municipal de Saúde, ao
672 que o Secretário Moacir diz que não foi na Plenária, mas no grupo, sendo novamente afirmado pela Conselheira que
673 seja no grupo, mas que já pronuncia que não assinará, porque a fala que ouviu foi na Plenária geral, que pede para
674 deixar registrado em Ata que o Segmento de Usuários representa 50%, que percebeu nesta data que são os
675 Prestadores de Serviço no SUS, que quer impor o Controle Social, que esta representa o Controle Social, o Segmento
676 de Usuários no SUS, que o Prestador de Serviço pode fazer alteração no jeito que atenda a necessidade dele, mas que
677 o Controle Social, o Usuário do SUS não pode manter a sua, que tem direito de falar. O Conselheiro Sérgio Azevedo
678 afirma que se precisa acabar com esse empoderamento e vitimismo, sendo pontuado pela Conselheira Iyalórisá Joilda
679 que está defendendo a proposta original, que é do Segmento de Usuários do Controle Social. Na ocasião houve várias
680 interlocuções cruzadas entre os Conselheiros Sérgio Azevedo, Iyalórisá Joilda e Heloísa, sem possibilidade de discerni-
681 las, uma vez que todos estavam exaltados. O Presidente Zanatta expõe à Conselheira Iyalórisá Joilda que esta os
682 cansa, retomando que a proposta foi acolhida e colocada, ao que a Conselheira pede respeito com a sua pessoa e sua
683 representação, pois respeita a todos. O Presidente Zanatta pede à Conselheira Iyalórisá Joilda que esta não se exalte,
684 pois é também uma forma de respeito, sendo novamente pontuado por esta, que não está para ser oprimida pelo
685 Conselho. O Presidente Zanatta chama atenção de todos e questiona ao Plenário se a Conselheira Iyalórisá Joilda está
686 sendo oprimida pelo Conselho, com manifestação unanime destes, de que não. A Conselheira Iyalórisá Joilda afirma
687 que o Secretário disse que leu a proposta, que se sente perseguida, que não gosta do tipo de fala que “ganhou no
688 grito”, que é uma pessoa de tradição, que defendeu aquilo que foi lido na Conferência Municipal. O Presidente Zanatta
689 diz à Conselheira Iyalórisá Joilda que a mesma está dizendo que não acolheram, mas que acolheram, que não
690 acataram, mas que acataram, que a mesma não é respeitada, e que são respeitados, que não é um espaço
691 democrático, pontuando que é lógico que é um espaço democrático, mas que nem sempre a democracia traduz na
692 vontade da mesma, que a mesma precisa entender isso, sendo respondido pela Conselheira Iyalórisá Joilda que não há
693 direito nenhum de mudar uma proposta. O Conselheiro Antonio Magro diz que acha que o Conselho está tendo muitas
694 questões particulares, que são coisas que não para Entidade e não para beneficiar o outro, que precisam parar com
695 esse pensamento e não cada um pensando em si, que tem reunião que a pessoa quer falar a reunião inteira, afirmando
696 que não é assim, que o combinado é 1h30m de reunião, mas que já estão com 2h30m. A Conselheira Tânia diz que
697 estava no Eixo que realmente o profissional de saúde da Regional, como categoria de observador, que invadiu espaço e
698 alegou deixando claro como se a Saúde do Município não funcionasse, que foi muito agressivo, que realmente a fala do
699 Presidente Zanatta dessa situação ocorreu no grupo, reportando-se para a Conselheira Iyalórisá Joilda e dizendo que a

700 mesma não estava, mas que estava, assim como a Sra. Fernanda da Epidemiologia, as demais profissionais, que tinha
701 a Vereadora Marilsa, a qual a mesma pode perguntar também, que a fala não foi feliz, sendo também pontuado pelo
702 Secretário Moacir que foi uma fala quase unânime das pessoas que estavam no grupo. O Presidente Zanatta comunica
703 à Conselheira Ìyálòrísá Joilda para entender o seguinte, que não é uma questão que a mesma vai ou não assinar, mas
704 que o Plenário se manifesta e vai encaminhar, sendo respondido que a mesma tem direito de votar ou não, de abster-se
705 porque não estava presente dentro desse grupo. A Conselheira Tânia e a Conselheira Heloisa dizem que realmente tem
706 a representatividade do Prestador e do Usuário, porém precisam lembrar que o Prestador presta serviços ao Usuários
707 do SUS e as uma Entidade. Não havendo nada mais a tratar o Presidente Zanatta agradece novamente todo os que
708 participaram desta Plenária, dando encerramento a mesma, a qual por degravção, eu, Giziele Regina Ruiz Mendes –
709 Secretária Executiva, junto ao Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em de 31 de Maio de 2023 lavramos a
710 presenta Ata.

711

NOME	SEGMENTO	ASSINATURA
Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS Vice Presidente	Gestor	
Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS	Gestores	
Márcia Cristina Krempel – Titular- HONPAR	Prestador	
Samanta Priscila Nagy – Suplente – HONPAR	Prestador	
Heloísa Toledo Volpato – Titular – Irmandade Santa Casa de Arapongas	Prestador	
Tânia C. Miquelin Carniceli – Suplente – Irmandade Santa Casa de Arapongas	Prestador	
Eucir Antônio Zanatta – Titular – SindSaúde	Trabalhador	
Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS	Trabalhador	
Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR	Trabalhador	
Salvador Carvalho dos Santos – Suplente – ONG Olho D' Água	Usuários	
Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA	Usuários	
Gerson Pizzo – Suplente – APDA	Usuários	
Alzira Maria da Silva Rocha – Titular – Pastoral da Saúde	Usuários	
Antonio Jorge Magro – Titular – Associação de Moradores Ulisses Guimarães	Usuários	
Durvalino de Almeida Filho – Titular – Pastoral da Criança	Usuários	
Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Ilé Àse Ti Tòbi Ìyá Àfin Òsùn Alákétu	Usuários	
Sérgio Aparecido Ribeiro da Silva – Suplente – AIABA	Usuários	
Maria Lúcia de Abreu Ferreira – Suplente – Associação de Moradores do Padre Chico	Usuários	
Crislaine M. Rocha – Estagiária de Psicologia	Observadora	
Henrique Garcia Filleti - SEMCIT	Convidado	

712

713